

◆1-Política Econômica

A economia brasileira: balanço de 1999 e as perspectivas para 2000

No ano de 1999, a economia brasileira foi marcada pela: i) adoção do regime de câmbio flutuante; ii) alteração do regime monetário, com a adoção do regime de metas inflacionárias; e iii) pelo cumprimento das metas fiscais acordadas junto ao FMI.

Destacou-se o comportamento favorável da inflação após a forte desvalorização do real em janeiro de 1999. No período pós-desvalorização houve um aumento das taxas de inflação – principalmente dos preços no atacado – que refletiu um ajuste dos preços relativos como consequência do aumento dos custos decorrente do encarecimento dos insumos importados. Entretanto, a partir de março, a taxa de inflação voltou a cair de forma significativa, superando até as expectativas mais otimistas. Mesmo com as posteriores pressões sobre a inflação exercidas pelos reajustes das tarifas públicas e dos combustíveis no segundo semestre, no fechamento de 1999 as taxas deverão ficar em torno de 9% para os índices de preços ao consumidor e de cerca de 20% para os índices gerais de preço. O IGP-M fechou o ano com uma inflação acumulada de 20,1%. Houve o cumprimento da meta inflacionária do governo para 1999, de uma variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) entre 6% e 10%.

Em relação ao nível de atividade, o ano de 1999 foi marcado por uma lenta recuperação após o “fundo do poço” atingido no quarto trimestre de 1998. O mercado projeta para o fechamento do ano uma estabilidade do PIB em relação ao ano de 1998, podendo haver até mesmo, um pequeno crescimento ante o ano anterior. Este resultado não deixa de ser favorável frente a projeções de queda de 4% a 6% do PIB em 1999, divulgadas no início do ano.

Em relação às contas públicas, ao longo de 1999 o governo confirmou o compromisso com a austeridade fiscal no sentido de viabilizar o cumprimento da meta de um superávit primário do setor público consolidado de 3,1% do PIB em 1999. Vale destacar que houve um significativo esforço fiscal de todas as esferas do governo que se refletiu na expressiva melhora do resultado primário de 1999, ante 1998.

No *front* externo, as exportações não tiveram o desempenho esperado após a desvalorização do real em janeiro de 1999. As principais razões para o fraco desempenho das exportações, especialmente, na primeira metade de 1999 foram: i) a expressiva queda dos preços das *commodities*; ii) a redução da demanda

dos países latino-americanos, que constituem o principal mercado comprador de máquinas e equipamentos brasileiros; iii) a crise internacional que atingiu, significativamente, as vendas externas brasileiras para os mercados asiático e russo; e iv) a ruptura das linhas de financiamento às exportações que praticamente desapareceram no primeiro semestre de 1999. Entretanto, vale ressaltar a recuperação das exportações a partir do segundo semestre de 1999. Além do câmbio favorável, as principais causas da recuperação gradativa das vendas externas do país são: i) a retomada do crescimento econômico dos países asiáticos que, aliada à valorização das moedas locais em relação ao dólar, tem estimulado as exportações de *commodities*; ii) a recuperação dos preços das *commodities* internacionais; e iii) a retomada das linhas de crédito às exportações. A média das projeções do mercado aponta para um déficit comercial em torno de US\$ 1,5 bilhão em 1999, significativamente abaixo dos US\$ 6,8 bilhões acumulados em 1998.

Para 2000, as perspectivas são positivas, tendo em vista a combinação de ambientes externo e interno particularmente favoráveis. Com o fim das crises asiática e russa, as projeções são de taxas expressivas de crescimento da economia internacional nos próximos anos, o que se refletirá em uma recuperação sustentada dos fluxos de comércio. Quanto ao cenário interno, a economia brasileira passou por importantes ajustes ao longo de 1999 – principalmente quanto às políticas cambial e fiscal – que contribuirão para a retomada de taxas de crescimento sustentadas nos próximos anos. A correção cambial conjugada com a recuperação da demanda mundial deverá resultar em um maior crescimento das vendas externas brasileiras. A combinação da gradual redução dos juros básicos da economia com um crescimento mais significativo das exportações, por sua vez, deverá garantir um crescimento real do PIB de cerca de 3% em 2000, segundo as principais projeções do mercado. A queda dos juros juntamente com a retomada do crescimento do PIB, por sua vez, contribuirão de forma fundamental para uma melhora adicional das contas públicas. Certamente, a meta de um superávit primário de 3,25% do PIB para o setor público consolidado deverá ser atendida. A inflação (IPCA) deverá continuar sob controle, fechando o ano com uma taxa acumulada entre 4% e 8% segundo a meta inflacionária do governo para o ano 2000.

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade: O desempenho no período recente.....	2
◆3 - Inflação: O IPC-FIPE e a mudança de metodologia de cálculo.....	3
◆4 - Finanças Públicas: A arrecadação das receitas federais em novembro.....	4
◆5 - Mercado Financeiro: O surpreendente comportamento do câmbio.....	5
◆6 - Setor Externo: O desempenho comercial brasileiro.....	6
◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....	7
◆8 - Anexo Estatístico.....	9

◆2 - Nível de Atividade

O nível de atividade no período recente

Em outubro, a produção física industrial do IBGE apresentou uma expansão dessazonalizada de 1,6%, ante setembro, enquanto que o INA da FIESP registrou um crescimento de 1,3%, no mesmo período. As vendas reais da CNI, entretanto, registraram uma queda real de 2,5% em outubro, contra setembro – ver Gráfico 2.1.

Segundo o IBGE, a atividade industrial acumulou no ano até outubro uma queda real de 2,2%, em relação a igual período de 1998.

Nos próximos meses, espera-se uma recuperação mais acentuada do nível de atividade, para o que deverá contribuir um desempenho mais favorável das exportações – resultante da continuidade do movimento de recuperação dos preços das *commodities* internacionais e a retomada das vendas para mercados importantes, como os asiáticos.

O faturamento do comércio varejista

De acordo com os dados preliminares da FCESP, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou, no mês de novembro, uma queda de 1,6% em relação a igual mês do ano passado, com destaque para os segmentos de comércio automotivo e bens de consumo semiduráveis, com redução real do faturamento de 35,5% e 9,5%, respectivamente, no período – ver Tabela 2.1. Em relação ao mês de outubro, o faturamento real registrou uma redução real dessazonalizada de 2,7%. No acumulado do ano, até o mês de novembro, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou uma queda de 3,2% em relação à igual período do ano passado. O faturamento real do comércio automotivo continua sendo o destaque de queda no acumulado no ano, registrando até novembro uma redução de 37,4%.

Este resultado desfavorável do comércio automotivo no varejo tem se refletido na evolução da produção de autoveículos. Segundo a ANFAVEA, a produção no acumulado de janeiro/novembro registrou uma redução de 16,9% em relação a igual período de 1998 – ver Gráfico 2.2.

A evolução da taxa de desemprego

A taxa de desemprego aberto continua em um patamar elevado, significativamente acima dos níveis atingidos ao longo de 1997

- Gráfico 2.3. Em novembro, segundo o IBGE, a taxa de desemprego foi de 7,30%, ante os 7,04% de igual mês do ano anterior.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - média de 1997 = 100

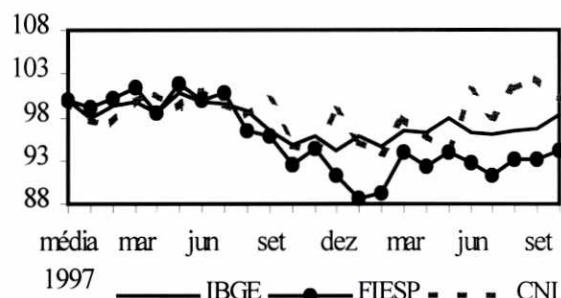


TABELA 2.1
FATURAMENTO REAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA(%)

Atividades	Sobre Out/99	Sobre Nov/98	Acum. no ano
Comércio geral	-2,71	-1,56	-3,16
Comércio s/ concessionárias	-3,29	4,34	4,00
Varejo bens de consumo	-3,44	4,19	4,54
Duráveis	-3,70	11,18	-1,53
Semiduráveis	8,91	-9,53	-10,91
Não duráveis	-4,05	1,22	10,97
Comércio automotivo	3,39	-35,46	-37,44
Materiais de construção	2,35	5,64	-6,20

Fonte: FCESP-dados preliminares.

GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)

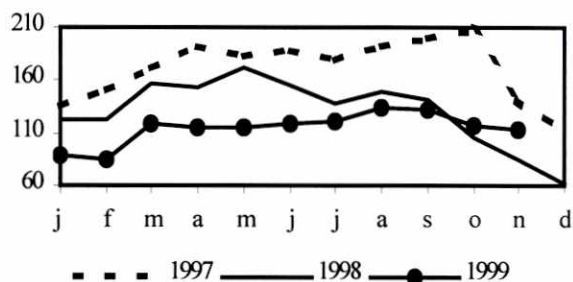
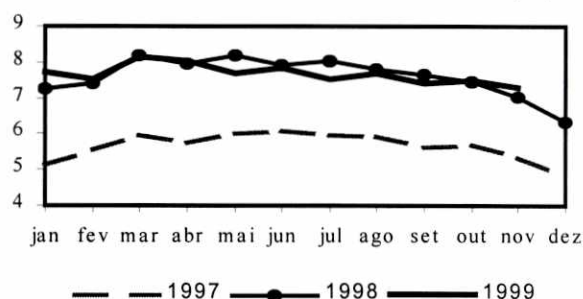


GRÁFICO 2.3
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO IBGE (%)



◆3 - Inflação

A tendência da inflação

No mês de novembro, as taxas de inflação ficaram acima do esperado, tanto no atacado quanto ao consumidor. O IGP-DI e o IPC-FIPE registraram, no mês de novembro, taxas de variação positivas de 2,53% e 1,48% frente aos 1,89% e 1,13% registrados no mês imediatamente anterior.

Entretanto, o IPCA – que é o índice estabelecido para a fixação das metas inflacionárias – já começou a dar sinais de recuo, passando de 1,19%, em outubro, para 0,95% no mês de novembro.

Depois de uma sucessão de choques sazonais e de reajustes dos preços administrados, que provocaram uma significativa pressão de alta inflacionária, a expectativa é de que a queda da inflação – já sinalizada pelo IPCA de novembro e o IGP-M de dezembro – deverá se acentuar nos primeiros meses de 2000 em função de alguns eventos positivos como: i) a entrada da nova safra agrícola, que deverá reduzir os preços dos alimentos; e ii) o fim da entressafra agrícola da carne bovina (um dos grandes vilões da inflação em 1999) que também deverá reduzir significativamente o preço desse produto.

No entanto, o que inspira maior atenção é o comportamento dos preços administrados – tarifas de serviços públicos privatizados recentemente – que por cláusulas contratuais serão reajustados em 2000 e que têm um importante peso nos índices de preços.

No acumulado do ano, até o mês de novembro, o IGP-DI, o IPCA e o IPC-FIPE registraram taxas de variação positivas de 18,53%, 8,19% e 8,11%, respectivamente.

A taxa de inflação média – medida pela média aritmética desses três índices de preços – acumulada em 12 meses até novembro foi de 12,10% – ver Gráfico 3.1 e Tabela 3.1.

O IGP-M em dezembro

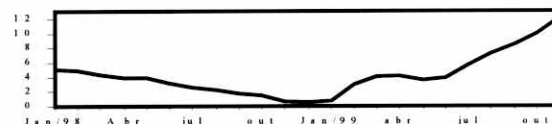
O IGP-M, no mês de dezembro, foi de 1,81%, 0,58 ponto percentual inferior à alta de 2,39% registrada em novembro. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram taxas de variação positivas de 2,60%, 0,62%, 0,81%, respectivamente.

O IGP-M fechou o ano com uma alta de 20,10%: IPA-M (29,34%), IPC-M (8,83%) e INCC-M (8,46%).

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços		
	IGP-DI	IPCA	FIPE
Jan/98	6,74	4,74	3,80
Fev	6,32	4,69	3,62
Mar	5,34	4,52	3,17
Abr	4,58	3,85	3,15
Mai	4,50	3,95	3,12
Jun	4,07	3,41	1,87
Jul	3,59	3,06	0,97
Ago	3,45	2,55	0,74
Set	2,82	2,27	0,05
Out	2,44	2,05	-0,15
Nov	1,41	1,76	-1,11
Dez	1,70	1,66	-1,79
Jan/99	1,97	1,65	-1,53
Fev	6,48	2,24	0,01
Mar	8,33	3,02	0,81
Abr	8,51	3,35	0,66
Mai	7,90	3,14	-0,24
Jun	8,69	3,32	-0,50
Jul	10,84	4,57	1,36
Ago	12,64	5,69	3,14
Set	14,32	6,25	4,77
Out	16,52	7,50	5,93
Nov	19,68	8,65	7,98

GRÁFICO 3.1
EVOLUÇÃO DA MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES DO IGP-DI, IPCA E IPC-FIPE(%)



O IPC-FIPE e a mudança de metodologia de cálculo

O IPC-FIPE, na segunda quadrissemana de dezembro, registrou uma taxa de variação de 1,01% frente aos 1,48% registrados no fechamento do mês de novembro.

Os itens que mais pressionaram o IPC-FIPE, na segunda quadrissemana de dezembro, foram o de transportes (2,75%) e alimentação (1,93%) em função da manutenção da pressão de alta dos preços da carne bovina e do álcool combustível.

Segundo a FIPE, o IPC de dezembro deverá fechar em 0,5%. Com isso, o IPC-FIPE acumularia uma alta de 8,7% em 1999.

Para janeiro de 2000, a expectativa é de uma taxa de inflação de 0,7% caso haja um aumento das tarifas de ônibus no município de São Paulo. Para o ano 2000, a FIPE espera uma taxa de inflação entre 6,0% e 6,5%.

Por último, vale destacar as recentes mudanças na ponderação do IPC-FIPE que, por sua vez, refletem as mudanças de participação dos gastos no orçamento total das famílias – ver Tabela 3.2. Os itens alimentação e vestuário perderão peso enquanto o peso do item serviços aumentará a partir do índice de fechamento de janeiro de 2000.

Com as mudanças introduzidas, o IPC-FIPE ficará mais próximo do núcleo da inflação – a parcela do índice que capta apenas a tendência inflacionária –, à medida que será menos vulnerável às flutuações de preços dos produtos que estão sujeitos a fortes choques de oferta. Por outro lado, em função do aumento do peso do item serviços, o IPC-FIPE ficará mais sensível à variação dos preços dos itens regulados por contratos, assim como pelas regras de reajustes estabelecidas nos contratos de concessão dos serviços públicos, o que demandará uma atenção especial por parte do governo.

TABELA 3.2
PONDERAÇÃO DO IPC-FIPE

	Atual	Nova
Índice Geral	100,0000	100,0000
Produtos	59,8492	50,0577
Industrializados	43,3895	39,1309
Industrializados s/ vestuário e manutenção de veículos	28,3894	28,3267
Artigos de limpeza	1,3597	1,3032
Equipamentos do domicílio	5,7546	4,4017
Alimentos industrializados	10,7360	9,0904
Aquisição de veículo	1,1105	3,1766
Fumo e bebidas	4,8084	4,3230
Artigos de higiene e limpeza	2,0261	2,7400
Remédios e produtos farmacêuticos	1,6816	2,5262
Aparelhos corretivos	0,0000	0,2785
Material escolar	0,5163	0,3402
Livros didáticos	0,3962	0,1469
Manutenção do veículo	6,3421	5,5149
Vestuário	8,6580	5,2893
Alimentos não-industrializados	16,4602	10,9268
Alimentos semi-elaborados	11,8273	6,9256
Alimentos in natura	4,6329	4,0012
Serviços	40,1505	49,9423
Contratos	10,5901	15,3684
Aluguel	6,9675	8,9748
Contrato de assistência médica	0,5862	3,0980
Ensino escolar	3,0364	3,2956
Serviços públicos	13,8634	17,8321
Utilidade pública	7,9237	8,2805
Comunicação	1,1392	3,6893
Transportes coletivos	4,8005	5,8623
Serviços privados	15,6968	16,7418
Domésticos e conservação	3,5305	6,1430
Alimentação fora do domicílio	3,6113	2,7133
Outras despesas com transporte	0,1753	1,4771
Recreação e cultura	3,6817	3,6986
Serviços pessoais	0,8139	0,7990
Despesas diversas	1,0305	0,7379
Serviços médicos e laboratoriais	2,3136	1,1729

Fonte: FIPE.

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal acumulado no período jan/out de 1999 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 5,19% do PIB, significativamente abaixo dos 7,58% do PIB de 1998 – ver Tabela 4.1.

O déficit continua sendo pressionado, principalmente, pelo aumento do pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública, que atingiu 9,03% do PIB no acumulado no ano até outubro, contra os 7,59% do PIB em 1998. Em relação ao resultado primário, houve um superávit primário de 3,84% do PIB no acumulado jan/out de 1999, ante um pequeno superávit de 0,01% do PIB em 1998. O Governo Central continua sendo o destaque, registrando um superávit de 3,45% do PIB no período, contra um superávit de 0,31% do PIB em 1998. Este resultado decorreu, principalmente, do superávit de 3,64% do PIB registrado pelo Governo Federal e o BACEN, no período.

A arrecadação das receitas federais em novembro

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou uma expansão real de 22,3% em novembro de 1999, ante o mesmo mês de 1998 – ver Tabela 4.2.

No acumulado no ano até novembro, a receita total apresentou um crescimento real de 1,6%, ante igual período de 1998.

Execução Financeira do Tesouro no acumulado janeiro/novembro de 1999

Dados da execução financeira do Tesouro apontaram para uma relativa estabilidade da receita total no acumulado janeiro-novembro de 1999, ante igual período de 1998

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1998		1999
	Jan-out	Ano	Jan-out
Nominal	7,02	7,58	5,19
Governo Central	4,54	5,24	2,22
Gov. Fed. e Bacen	4,48	5,01	2,53
Empresas Estatais Federais	0,06	0,22	-0,31
Governos Regionais	2,47	2,35	2,97
Governos Estaduais	1,95	1,82	2,33
Governos Municipais	0,22	0,22	0,35
Empresas Estatais Estaduais	0,26	0,25	0,23
Empresas Estatais Municipais	0,05	0,05	0,05
Juros Nominais	7,06	7,59	9,03
Governo Central	5,22	5,54	5,67
Gov. Fed. e Bacen	5,25	5,57	5,38
Empresas Estatais Federais	-0,03	-0,03	0,29
Governos Regionais	2,09	2,05	3,36
Governos Estaduais	1,48	1,41	2,54
Governos Municipais	0,42	0,45	0,51
Empresas Estatais Estaduais	0,17	0,18	0,29
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02
Primário	-0,30	-0,01	-3,84
Governo Central	-0,68	-0,31	-3,45
Gov. Fed. e Bacen	-1,33	-1,36	-3,64
INSS	0,56	0,79	0,80
Empresas Estatais Federais	0,09	0,25	-0,60
Governos Regionais	0,38	0,30	-0,40
Governos Estaduais	0,47	0,41	-0,21
Governos Municipais	-0,20	-0,22	-0,15
Empresas Estatais Estaduais	0,08	0,07	-0,06
Empresas Estatais Municipais	0,03	0,04	0,03

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

TABELA 4.2
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERIAS
a preços de novembro de 1999

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)	
	Out	Nov	Jan-nov	Nov99/Nov98	Jan-nov99/Jan-nov98
1998	11442	10677	144914	-	-
1999	12983	13054	147222	22,27	1,59

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TESOURO NACIONAL - RECEITAS E DESPESAS
Acumulado no ano

	Em R\$ milhões de novembro de 1999		
	1998	1999	Var%
Receita Total do Tesouro	150.293	150.439	0,1
Despesas	157.486	158.831	0,9
Pessoal e Encargos Sociais	52.904	47.752	-9,7
Transf. Estados e Municípios	31.794	32.991	3,8
Despesas Financeiras	30.159	37.356	23,9
Outras Vinculações	8.693	6.428	-26,1
Despesas de Orçamento e Crédito	2.513	2.445	-2,7
Outras Despesas	31.423	31.859	1,4
Total das Despesas (excl. Fin.)	127.327	121.475	-4,6
Resultado			
Caixa	-7193	-8.393	16,7
Primário	22.965	28.963	26,1

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

– ver Tabela 4.3. Do lado das despesas, houve uma expansão real de 0,9% no acumulado no ano até novembro, em relação ao mesmo período de 1998. As despesas financeiras lideraram este crescimento, registrando uma expansão real de 23,9% no período.

Dívida líquida do setor público atinge 45,4% do PIB

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 45,4% do PIB em outubro de 1999, ante os 38,1% do PIB observados em dezembro de 1998 – ver Tabela 4.4.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1996	1997	1998	1999
				(out)
Dívida interna	27,0	26,7	31,8	34,6
Governo Central	12,0	13,3	16,8	18,7
Títulos públicos	21,4	28,3	35,5	38,7
Créditos do BC	-8,5	-7,8	-5,7	-5,2
Renegociação c/Estados (2)	0,0	-5,5	-9,5	-10,2
FAT	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1
Demais contas	1,6	0,9	-0,4	-1,5
Gov. estaduais e municipais	11,1	12,5	13,7	14,6
Renegociação c/Estados (2)	0,0	5,5	9,5	10,2
Dívida mobiliária	6,2	4,3	2,4	2,2
Dívida bancária	4,9	2,6	1,8	2,1
Demais contas	0,0	0,1	0,0	0,1
Empresas estatais	3,9	0,9	1,3	1,3
Dívida externa	3,9	4,3	6,3	10,8
Governo Central	1,6	1,9	4,3	8,1
Gov. estaduais e municipais	0,4	0,5	0,7	1,0
Empresas estatais	1,9	1,9	1,3	1,7
Dívida total	30,9	31,0	38,1	45,4
Governo Central	13,6	15,2	21,1	26,8
Gov. estaduais e municipais	11,5	13,0	14,4	15,6
Estados	n.d.	11,2	12,4	13,6
Municípios	n.d.	1,8	2,0	2,0
Empresas estatais	5,8	2,8	2,6	3,0
Federais	2,5	1,0	0,5	0,7
Estaduais	3,2	1,7	2,0	2,1
Municipais	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Banco Central.

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

O surpreendente comportamento do câmbio

Apesar das expectativas do mercado de uma desvalorização não desprezível do real em relação ao dólar ao longo do mês de dezembro – refletindo as preocupações em relação ao volume de vencimentos de empréstimos externos e à possível saída de capitais associadas ao *bug* do milênio -, o que se observou, de fato, foi uma significativa valorização da moeda doméstica no decorrer deste período em questão.

No mês de novembro a cotação média da Ptax (venda) foi de R\$ 1,9299. No dia 30/12, esta cotação chegou a R\$ 1,7890 e fechou o mês com uma cotação média de R\$ 1,8453 – ver Gráfico 5.1.

Este comportamento não esperado do câmbio ao longo do mês de dezembro decorreu, em parte, da atuação do Banco Central (BC) neste mercado para segurar eventuais pressões de alta, decorrentes de movimentos puramente especulativos, sobre a cotação da moeda norte-americana.

Mas também contribuíram para esta calmaria no mercado de câmbio um cenário externo tranqüilo e um ambiente político doméstico favorável. Vale ainda adicionar o efeito positivo sobre as expectativas do mercado da melhora do *rating* brasileiro, divulgado pela Moody's, e o bom resultado das contas externas – bem como do fluxo de investimentos – e das contas fiscais.

No mercado futuro, os contratos de dólar com fechamento em primeiro de fevereiro e março tiveram em 30/12, uma cotação de R\$ 1,8101 e R\$ 1,8268, respectivamente.

Para o primeiro trimestre do ano 2000, a expectativa é de manutenção dessa tendência descrita pelo câmbio ao longo do mês de dezembro em função do movimento sazonal de recomposição de carteira dos investidores estrangeiros bem como do esperado baixo volume de vencimentos de empréstimos externos.

IBOVESPA: Qual é o limite?

Recentemente, o IBOVESPA vem registrando uma expressiva trajetória de alta. Em menos de dois meses, a Bolsa de Valores paulista ultrapassou quatro patamares de resistência. No dia 10/11, o IBOVESPA fechou em 13101 pontos. No dia 02/12 ultrapassou os 14 mil pontos e fechou em 14213 pontos. Em 20/12, quebrou a marca dos 15 mil pontos e, surpreendentemente, em 27/12 ultrapassou os 16 mil pontos e em 30/12 os 17 mil pontos – ver Gráfico 5.2.

Esta significativa valorização do IBOVESPA no mês de dezembro decorreu, basicamente, da manutenção do movimento de transferência dos investimentos em renda fixa para os de renda variável, do elevado volume de exercício de opções e da significativa

GRÁFICO 5.1
PTAX VENDA (R\$/US\$)

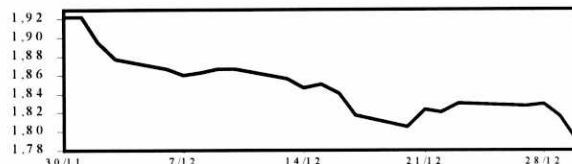


GRÁFICO 5.2
IBOVESPA - FECHAMENTO EM PONTOS

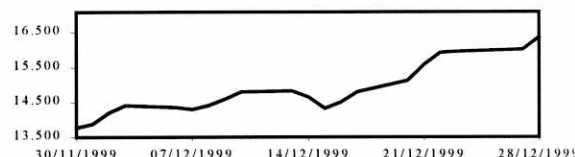
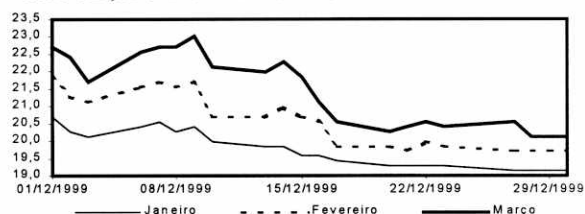


GRÁFICO 5.3
PROJEÇÃO DO MERCADO FUTURO - BM&F



valorização das ações ligadas de alguma maneira à Internet.

No mês de dezembro, o IBOVESPA registrou uma valorização nominal de 24,0% em relação a novembro. Em 1999, o IBOVESPA registrou uma valorização acumulada no ano de 152,0%.

A expectativa é de manutenção da tendência de alta do IBOVESPA no curto e médio prazos com espaço para realizações de lucro ao longo desse período.

Juros estáveis

Apesar de estar havendo uma desaceleração nos fatores sazonais que vinham pressionando a inflação, é importante ressaltar que este é ainda o início do processo, o que vem exigindo um certo grau de conservadorismo por parte do governo na condução da política monetária do país.

Tendo em vista o comportamento futuro da inflação, o governo decidiu na última reunião do Copom, realizada no dia 15/12, manter inalteradas as taxas de juros em 19% ao ano, bem como o viés neutro. Esta decisão foi bem recebida pelo mercado, uma vez que já estava dentro das suas expectativas.

O bom comportamento da inflação combinado com o movimento de valorização do real frente ao dólar tem acarretado uma tendência de queda das taxas de juros no mercado futuro – ver Gráfico 5.3.

As taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para janeiro, fevereiro e março fecharam, em 30/12, em 19,14%, 19,70% e 20,13%, respectivamente.

◆6 - Setor Externo

O desempenho comercial brasileiro

A Balança Comercial brasileira registrou, no mês de novembro, um déficit de US\$ 529 milhões, o que correspondeu a um resultado das exportações e das importações de US\$ 4002 milhões e US\$ 4531 milhões, respectivamente.

Apesar do déficit comercial de novembro ter sido significativamente superior ao registrado em outubro (US\$ 154 milhões), o mesmo foi significativamente inferior (-43,8%) ao registrado em igual mês de 1998.

No acumulado do ano, até novembro, apesar da significativa melhora do resultado da Balança Comercial em comparação com igual período do ano anterior, esta decorreu inteiramente do comportamento das importações que registraram queda de 15,9%.

Por outro lado, o desempenho das exportações se mostrou bem baixo do esperado ao longo de 1999, com queda de 8,2% no acumulado do ano até novembro em relação à igual período de 1998 - ver Tabela 6.1.

Contudo, vale destacar alguns sinais positivos registrados nos últimos meses em relação ao desempenho das vendas externas do país.

Em primeiro lugar, as exportações superaram pelo segundo mês consecutivo o valor registrado em igual mês de 1998 - nos meses de outubro e novembro, as vendas externas foram 7,1% e 8,0% maiores do que as registradas em 1998 - ver Gráfico 6.1.

Em segundo lugar, é importante ressaltar a recuperação das exportações ao longo de 1999, com destaque para os últimos meses do ano, o que pode ser constatado através da comparação dos acumulados em 1999 contra 1998 - ver Gráfico 6.2.

Por último, a análise dos índices de preço e *quantum*, divulgados pela FUNCEX, mostra que a recuperação das exportações já começou em termos físicos há alguns meses. Entretanto, o comportamento negativo dos preços registrado ao longo de 1999 não tem permitido que a retomada das vendas externas brasileiras se traduza em um ganho efetivo do valor exportado - ver Gráfico 6.3.

No acumulado do ano, até o mês de novembro, o *quantum* exportado registrou um crescimento de 4,5% em relação à igual período do ano passado enquanto o índice de preços registrou queda de 11,7% na mesma

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan-Nov		Var. %
	1999	1998	
Básicos	10.869	12.130	-10,4
Industrializados	31.681	34.431	-8,0
Semimanufaturados	7.114	7.463	-4,7
Manufaturados	24.567	26.968	-8,9
Ops. Especiais	783	619	26,5
Total	43.333	47.180	-8,2

Fonte: MICT - SECEX.

GRÁFICO 6.1
A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
EM US\$ MILHÕES FOB

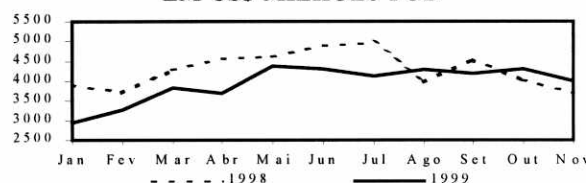


GRÁFICO 6.2
TAXA DE VARIAÇÃO NEGATIVA DO
ACUMULADO NO ANO (%)

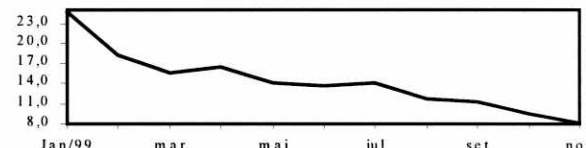
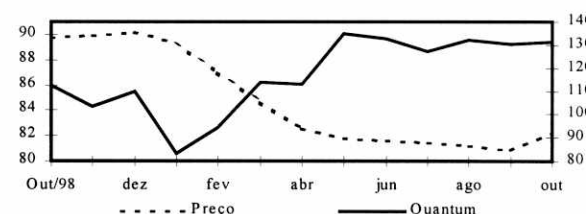


GRÁFICO 6.3
FUNCEX: ÍNDICES DE PREÇOS E QUANTUM
MÉDIA 1996 = 100



base de comparação.

Contudo, vale destacar ainda que o ritmo de recuperação do valor exportado está sendo, nos últimos meses, condicionado pela velocidade de recuperação dos preços de exportação que por dois meses registraram uma taxa de variação positiva em relação ao mês imediatamente anterior - outubro (1,7%) e novembro (0,5%).

Os números bastante positivos em relação à evolução do *quantum* de exportações combinados com os sinais de reaquecimento da economia mundial - e da consequente recuperação dos preços das *commodities* -, contribuem para uma melhora de expectativa em relação ao desempenho da Balança Comercial no ano 2000.

As exportações desagregadas

No que diz respeito às exportações desagregadas, o crescimento das vendas externas brasileiras de 8,0% no comparativo novembro 99/ novembro 98 foi liderado pelos produtos semimanufaturados e básicos que registraram taxas de crescimento de 11,6% e 11,1%, respectivamente.

Vale destacar que este bom desempenho dos produtos básicos e semimanufaturados foi impulsionado pela recuperação de seus preços de exportação, como reflexo da recuperação da economia mundial.

De acordo com os dados da FUNCEX, o índice de preços dos produtos básicos e semimanufaturados cresceram 2,2% e 0,8%, respectivamente, no comparativo novembro 99/ outubro 98.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 28% no acumulado em 12 meses até novembro de 1999 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 22% no acumulado em 12 meses até novembro de 1999.

O valor das aprovações do BNDES caiu 26% em termos reais no acumulado em 12 meses até novembro de 1999. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma redução real de 23% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 30% no acumulado 12 meses até novembro de 1999. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma redução real de 37% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram o montante de R\$ 15,6 bilhões no acumulado no ano até novembro de 1999, ante os R\$ 20,8 bilhões registrados em igual período de 1998, ambos a preços de novembro de 1999 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma redução real de 28% de seus desembolsos no acumulado no ano até novembro de 1999, ante mesmo período do ano anterior. O BNDES apresentou uma redução real de 25% dos desembolsos no período, o que resultou da queda real de 47% das liberações para operações diretas, que mais que compensou o crescimento real de 25% dos desembolsos para operações indiretas. A FINAME, por sua vez, registrou uma queda real de 23% de seus desembolsos.

Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado no ano até novembro, todos os setores apresentaram queda real de seus desembolsos, ante igual período do ano anterior. A maior queda real - de 47% - coube aos desembolsos para a infra-estrutura. O setor de serviços apresentou uma queda real de 17% de suas liberações de recursos no período. A agropecuária, por sua vez, registrou uma queda real de 14% de seus desembolsos no período. Por último, a indústria de transformação apresentou uma redução real de seus desembolsos de 5%, em relação ao acumulado janeiro/novembro de 1998.

No acumulado no ano até novembro de 1999, as liberações para a indústria de transformação apresentaram a maior participação - de 49% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1998	1999	Var. %
BNDES	13.278	9.904	-25,4
Op. Diretas	9.336	4.962	-46,9
Op. Indiretas	3.942	4.942	25,4
FINAME	6.135	4.740	-22,7
BNDESPAR	1.345	971	-27,8
Total	20.769	15.615	-24,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até novembro de cada ano, a preços de novembro de 1999 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

	Em %				
Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. E ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4	40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9	30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2	24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4	-28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0	-30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1	-28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4	-24,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1998	1999	Var. %	Part % 1999
TOTAL	20769	15614	-24,8	100,0
AGROPECUÁRIA	1436	1242	-13,5	8,0
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	8043	7634	-5,1	48,9
METALURGIA	971	1097	13,0	7,0
MECÂNICA	1031	612	-40,6	3,9
MATERIAL DE TRANSPORTE	2232	2922	30,9	18,7
CELULOSE E PAPEL	433	281	-35,2	1,8
QUÍMICA, P.F., PERF. S. E VELAS	661	458	-30,8	2,9
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	1247	1247	0,0	8,0
OUTRAS	1466	1017	-30,7	6,5
INFRA-ESTRUTURA	9309	4936	-47,0	31,6
SERVIÇOS	1906	1574	-17,4	10,1
OUTROS	75	228	205,6	1,5

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

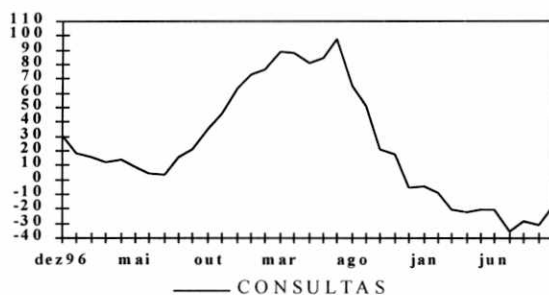
Nota: (1) Acumulado até novembro de cada ano, a preços de novembro de 1999 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

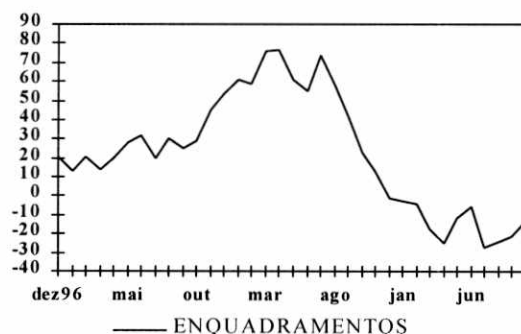


GRÁFICO 7.3

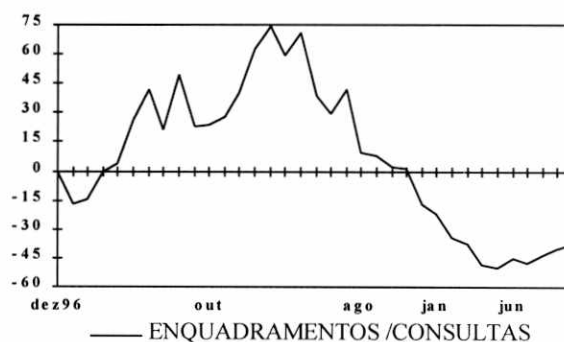


GRÁFICO 7.4

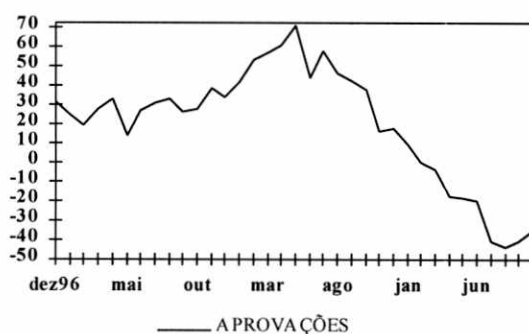


GRÁFICO 7.5

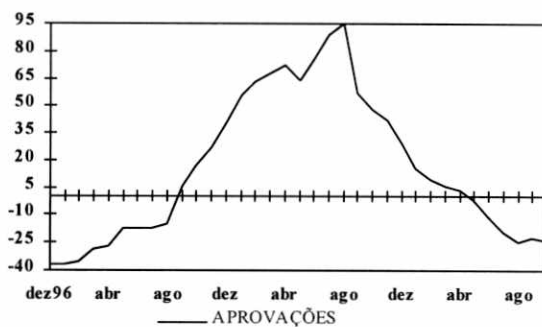


GRÁFICO 7.6

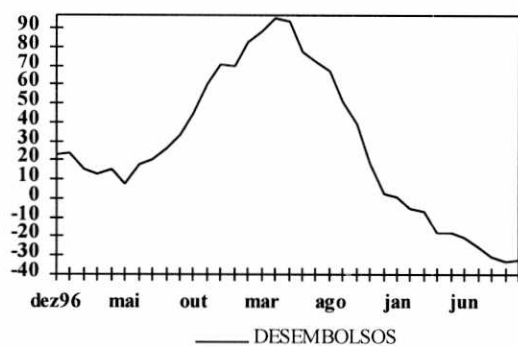
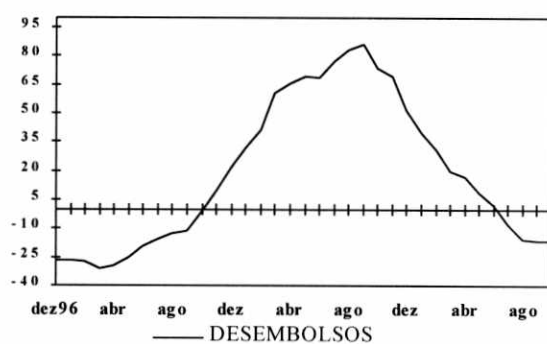


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP - M / FG V			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
set/97	0,74	5,08	8,10	0,49	3,60	7,21	0,67	1,93	5,50
jul	0,09	5,17	6,76	0,60	4,22	7,12	-1,24	0,66	1,98
ago	0,09	5,27	6,55	0,76	5,02	7,33	1,23	1,89	1,37
set	0,48	5,77	6,96	0,44	5,48	7,32	1,78	3,70	4,06
out	0,37	6,16	7,15	0,61	6,12	7,33	1,77	5,53	6,03
nov	0,64	6,84	7,62	0,61	6,77	7,41	-0,54	4,97	4,77
dez	0,84	7,74	7,74	0,59	7,40	7,40	0,38	5,37	5,37
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,29	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79
out	0,08	1,66	3,17	0,64	6,88	8,17	4,92	18,54	18,34
nov	-0,32	1,33	2,18	0,67	7,60	8,23	-0,47	17,98	18,43
dez	0,45	1,79	1,79	0,62	8,26	8,26	3,48	22,08	22,08
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000
BBM	0,3	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-1,4	-	-	-
Chase	0,0	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	47,2	52,5	49,0	48,9	-1,8	3,6	-24,2	-22,1
Citibank	0,1	3,5	-2,3	5,1	4,9	2,6	0,8	2,7	-	-	47,9	54,0	49,4	50,6	-1,5	3,4	-25,3	-25,7
CNI	0,5	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	47,6	53,5	49,2	50,5	-1,6	3,0	-	-
Fator	0,4	2,2	-1,7	2,7	5,0	3,0	0,6	2,0	-	-	47,7	53,2	49,3	50,7	-1,6	2,5	-24,9	-24,3
Garantia	0,5	2,4	-1,7	4,3	6,6	0,6	1,2	2,6	-	-	47,9	54,3	49,6	51,6	-1,7	2,7	-25,3	-24,0
JPMorgan	0,8	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	47,3	57,7	49,3	53,3	-2,0	4,4	-25,1	-20,2
LCA	0,4	2,2	-1,8	2,7	5,0	3,0	0,6	2,0	-	-	47,6	53,1	49,3	50,8	-1,7	2,3	-24,3	-23,1
Macrometrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MCM Consultores	0,2	3,0	-2,2	3,6	5,8	1,2	0,8	2,8	20,0	21,0	48,2	55,9	50,0	52,5	-1,8	3,4	-24,7	-23,5
Rosemberg	0,5	3,0	-2,1	4,2	7,2	1,9	0,9	2,5	-	-	47,4	55,0	48,8	51,0	-1,4	4,0	-24,4	-21,5
Tendências	0,1	2,9	-2,0	3,5	4,8	1,7	0,6	2,8	20,1	20,4	47,5	53,0	49,1	51,0	-1,6	2,0	-24,7	-23,0
Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA	0,3	3,0	-2,0	3,7	5,6	2,0	0,8	2,5	20,1	20,7	47,6	54,2	49,3	51,1	-1,6	3,1	-24,8	-23,0
DESVIO PADRÃO	0,22	0,62	0,22	0,82	0,88	0,85	0,20	0,33	0,05	0,30	0,29	1,51	0,31	1,13	0,18	0,73	0,39	1,53

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusiva Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

(3) Conceito nominal.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	jan	fev	mar	2000	jan	fev	mar	2000
BBM	1,2	-	-	7,0	-	-	-	-
Chase	-	-	-	7,0	-	-	-	10,5
Citibank	-	-	-	6,5	-	-	-	-
Fator	-	-	-	7,1	-	-	-	-
Garantia	1,0	0,7	0,3	6,0	1,7	1,5	0,4	-
JPMorgan	0,8	0,5	0,7	7,2	-	-	-	-
LCA	0,8	0,5	0,3	7,1	1,2	0,9	1,0	10,0
MCM Consultores	0,8	0,4	1,1	6,0	0,8	0,6	0,5	8,1
Rosemberg	0,9	0,8	0,8	-	0,7	0,8	0,7	-
Tendências	0,8	0,7	0,1	-	0,0	0,6	0,6	-
Média	0,9	0,6	0,5	6,7	0,9	0,9	0,6	9,5
Desvio Padrão	0,15	0,15	0,34	0,47	0,55	0,33	0,19	1,03

ÍNDICES ECONÔMICOS

m ê s	Taxa de variação dos preços (%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio - venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/98	0,85	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,54	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,49	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,45	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
maio	0,72	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,15	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,28	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,49	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setembro	-0,31	-0,66	-0,08	-0,02	0,06	-0,31	0,45	1,18	1,19	1,33
outubro	0,11	0,02	0,08	-0,03	-0,19	-0,08	0,89	1,19	1,19	1,26
novembro	-0,18	-0,44	-0,32	-0,18	-0,20	-0,25	0,61	1,19	1,20	1,25
dezembro	0,42	-0,12	0,45	0,98	1,74	0,23	0,74	1,21	1,21	1,29
Acum. Ano	2,49	-1,79	1,79	1,71	1,50	-0,28	7,79	-	-	-
jan/99	0,65	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,29	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,28	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,47	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,05	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,07	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	-	-	1,81	-	-	-	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,19	8,11	20,10	18,53	26,85	27,09	5,74	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

M ê s	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	-0,64	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
out	6,80	1,31	2,86	-1,46	-5,34	0,56	1,97
nov	22,87	1,44	2,96	0,41	-0,48	0,99	2,54
dez	-21,74	0,80	1,94	-3,93	2,75	0,18	1,25
Acum. no ano	-34,63	12,44	26,53	1,81	4,31	6,38	19,76
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR (2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado (2)	Res. 63 (3)	Desconto de duplicatas (4)	Export notes (3)	ACC (3)	Repasse do B BNDES/FINAME automáticos
jan/98	-	5,50	78,15	18,05	5,58	16,04	11,02	1,0 a 2,5
fev	-	5,56	71,64	19,90	5,28	16,31	10,94	1,0 a 2,5
mar	11,77	5,63	64,25	18,04	4,87	15,32	10,67	1,0 a 2,5
abr	-	5,66	59,28	17,78	4,60	12,10	10,65	1,0 a 2,5
mai	-	5,69	60,40	17,84	4,52	14,21	10,30	1,0 a 2,5
jun	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5
set	11,68	5,13	70,02	20,21	5,26	13,45	11,63	1,0 a 2,5
out	-	4,98	71,90	20,01	5,44	15,96	11,99	1,0 a 2,5
nov	-	5,15	71,33	18,94	5,34	14,34	11,76	1,0 a 2,5
dez	18,06	5,08	64,02	18,54	5,00	12,94	11,60	1,0 a 2,5
jan/99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5
abr	13,84	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5
dez(5)	-	6,13	49,54	13,03	3,81	15,56	9,83	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 15/12/99. (6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.